

“EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA UMA PRÁTICA EDUCACIONAL DE QUALIDADE”

Silva, Gesiane Líbero da¹;
Lautet, Luiz Fernando de Carli².

"Um campo, por mais fértil que seja, sem cultivo não pode ser produtivo." (Cícero)

RESUMO

O referido trabalho está voltado para a análise e estudos sobre as metodologias aplicadas na modalidade educacional da Educação do Campo, bem como se sua prática está contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade. Também, busca-se direcionar os trabalhos práticos dos educadores que, hoje atuam na educação do campo de forma mais consciente, buscando a partir do conhecimento sobre seu surgimento, valorizá-la e acima de tudo, permitir que o homem atuante no campo possa continuar com suas atividades rurais, não sendo prejudicado na busca da aprendizagem, visto que esta valorização é necessária, e com ela, a revisão das metodologias que até então só visavam atender o estudante urbano.

Palavras-chave: Melhoria educacional, metodologia diversificada, Educação do campo

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – E.A.D., Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Cruzeiro do Oeste -Paraná, e-mail: ge_advogada@hotmail.com .

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1. INTRODUÇÃO

A atuação do profissional da educação compreende espaços diversos. Encontramos educadores em escolas, hospitais, presídios, empresas, locais rurais dentre outros.

Mas falar na educação no espaço rural sem antes esclarecer o que ela significa e como surgiu no contexto brasileiro, nos parece incoerente. Sendo assim, é mister apresentar sua contextualização histórica e sua contribuição para a educação atual, visto que, a partir daí, poderemos fazer um paralelo de como deve e como é aplicada a educação e suas metodologias no espaço rural, primando pela melhor forma de atender ao estudante do espaço rural, melhorando sua atuação escolar e sua prática do dia a dia.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Abordar o que é feito na educação do campo, requer que antes, seja conhecido o contexto histórico do seu surgimento, para que, a partir daí, possa entender as necessidades referentes às práticas educacionais diferenciadas.

A Educação do Campo se realiza no conjunto dos Movimentos Sociais, marcada pelas lutas – para adquirir terra, por condições dignas de vida e pela afirmação da identidade que o povo do campo tem buscado. “É uma educação que não se faz “sem” ou “para” os sujeitos do campo, mas “com” os sujeitos do campo.”(Caldart, 2005).

Para Salomão, 2005:

“Uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: incluyente, democrática e plural.”

Seu surgimento se deu por volta do ano de 1964 com a criação do Estatuto da Terra pela lei 4.504/64, expandindo no início dos anos 60 com o Movimento da Sociedade Organizada do Campo.

Entre 1979 e 1985, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que se consolidou e se territorializou desde lá até os dias de hoje.

No Paraná, seu surgimento ocorreu em 1984, em Cascavel-Paraná, onde acontece o primeiro encontro do MST, que iniciou uma gradativa reunião dos participantes que se movimentava em congressos para criar estratégias de intensificar a luta. No ano de 1985 o MST realiza seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, e a partir daí, os encontros se intensificaram, sendo que em julho de 1997 o MST,

Segundo Kolling (1999), promove, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco) e Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em Brasília.

Em julho de 1998, em Luziânia (GO), ocorreu a I Conferencia Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, visto que:

"Essa conferência mostrou que somente é possível trabalhar por uma educação básica do campo se vinculada ao processo de construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação" (KOLLING, 1999).

Sua movimentação foi se intensificando visto a relevância do tema e da luta, sendo realizado em julho de 1998 em Salvador o I Encontro Estadual por uma Educação Básica do Campo, em 1999; 2000; 2001; 2000 os: I; II; III; e IV Encontros do Fórum Estadual de Educação do Campo.

No ano de 1999 acontece o I encontro da Articulação Nacional em defesa da educação do campo onde foram firmados cinco compromissos políticos.

A partir daí, firmaram-se compromissos importantes que visavam regulamentar a luta do movimento que defendia a manutenção de terra daqueles

que realmente a utilizavam e a faziam produzir. Dentre os compromissos firmados, citamos a) Recuperação da soberania e da autonomia política, b) Compromisso com a solidariedade para eliminação da exclusão e desigualdade social, c) Compromisso com o desenvolvimento mediante rompimento com o capital financeiro e com a condição de economia periférica, d) Compromisso com a sustentabilidade, e) Democracia ampla.

Após o período de lutas, congressos e buscas por compromissos que pudessem auxiliar a luta e valorização do homem do campo onde nova conferências foram realizadas, como as de 2003 (Conferência Estadual de Educação do Campo e Para Convivência com o Semi-Árido), de agosto de 2004, (II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, Luziânia, GO), visando propagar as idéias e ideologias contidas na valorização do homem do campo e sua busca pela terra.

No entanto, toda essa luta, conferências, congressos não eram em vão, visto que existe amparo legal para tal atitude. Amparo este contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN- 9394/96, conforme o artigo abaixo:

Art.2º, § único das Diretrizes quando diz:

“A educação do campo é uma concepção político pedagógico voltado para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas (BRASIL, 2002).

Com esse direcionamento, vimos que a educação do campo é uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. (BRASIL, 2002).

Percebemos com isso, que a luta do movimento de valorização do homem do campo, teve seu início nos movimentos sociais na busca da terra, através de

organizações e congressos que visavam colocar em prática o amparo legal já existente, mas que muitas vezes era deixado de lado.

A partir desses movimentos e movimentações, percebemos a difícil tarefa encontrada desde muito tempo pelo trabalhador rural, que sempre foi desvalorizado, e que ainda hoje não consegue ter o atendimento educacional de qualidade, levando em conta suas peculiaridades e necessidades.

3. ANALISANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS METODOLOGIAS EDUCACIONAIS

Falar da educação do campo requer uma análise do ensino feito atualmente. Ensino este, que não acontece a contento, pois antigamente, existiam escolas rurais, geralmente multiseriadas, onde um profissional da educação atuava como coringa em todas as áreas.

O advento das novas políticas educacionais pensou-se que a melhor alternativa para a melhoria daquela situação seria a remoção dos alunos do espaço rural para o espaço urbano.

Entretanto, essa mudança física, gerou uma migração descontrolada do homem do campo para a cidade causando um descontrole populacional, com aumento de favelas e diminuição das condições de estudo.

Quando tal fator foi detectado, sentiu-se a necessidade de reverter essa situação, proporcionando ao homem do campo o retorno ao seu lugar de origem e com isso, a retomada da sua vida e de seus estudos.

Mas isso só foi possível a partir do momento em que as políticas educacionais foram redirecionadas para um atendimento digno e de qualidade.

Pensando nisso, foram criadas políticas para atender e proporcionar ao homem do campo aprendizado, mas respeitando sua individualidade e seu

momento, tanto de plantio quanto de colheita, direcionado sua aprendizagem educacional e passando a influenciar na sua prática trabalhista.

No entanto, isso só ocorrerá de forma satisfatória quando o profissional da educação puder melhorar sua prática educacional, e atender de maneira diferenciada os alunos do campo.

Partindo dessa teoria, e visualizando essa nova prática, buscamos analisar as metodologias utilizadas na prática educacional da Educação do Campo, visando direcionar o trabalho docente para uma prática que respeite e valorize as diferenças e peculiaridades encontradas nesta modalidade de ensino, verificando se existe adequação das metodologias em relação às diferenças e peculiaridades dessa modalidade de ensino, buscando sugerir e aplicar possíveis alternativas metodológicas que melhor refletirão no processo de ensino aprendizagem em relação à Educação do Campo.

4. CONTEÚDOS SISTEMATIZADOS E METODOLOGIAS DIFERENCIADAS

Para atuar na educação do campo, requerem-se muito mais do que simples conhecimento dos conteúdos sistematizados, aprendidos em bancos escolares. Necessita-se de formas diferenciadas de abordagem destes conteúdos, que por vezes precisam ser adequados a nova realidade, pois o espaço rural não oferta as mesmas condições do espaço urbano, principalmente no que se refere ao alunado.

Dentre eles, precisamos repensar nessa nova modalidade educacional organizando a prática educativa a partir do conhecimento prévio do espaço e dos alunos que são e serão atendidos no espaço rural.

Sendo assim, precisamos rever os seguintes segmentos educacionais:

- 1- A organização do espaço pedagógico amplia-se para além da sala de aula, organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos;
- 2- Educação do campo precisa ser pensada e exercida a partir de sua origem;

- 3- A vinculação do campo as políticas públicas e a educação;
- 4- A escola tem de levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo;
- 5- Construir efetivamente, com todos os que vivem naquele local, naquele tempo concreto, outras formas de planejar, propor e executar as ações de desenvolvimento para que a vida possa ser vivida a seu tempo, com a criação de novas possibilidades;
- 6- Recriação da organização do trabalho e das práticas pedagógicas, baseadas em fundamentos que se coloquem desde as raízes destes povos
- 7- Aproximar-se tanto da cultura local, tendo em vista a realidade e o contexto onde vivem os (as) educandos (as) e suas famílias, quanto dos processos em andamento;
- 8- Implementação de novas ações que desenvolvam perspectivas e possibilidades nas relações da vida, do trabalho, das necessidades dos sujeitos envolvidos
- 9- A escolaridade dos povos do campo não dá conta de construir conceitos que lhes permita compreender o que realmente se passa no contexto. Neste caso o estudo poderá constituir-se de temas como: a história e o modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, aspectos deste modelo vividos no local, como é o caso da agricultura e da educação; alguns fundamentos de Educação Popular; as relações de submissão e de dependência do campo brasileiro, bem como de outros temas que são considerados necessários para o processo.

Mas, não se pode apenas analisar os aspectos físicos e educacionais superficiais. Para se proporcionar um atendimento educacional de qualidade, é necessário que se domine as quatro dimensões da articulação do trabalho pedagógico.

5. QUATRO DIMENSÕES PARA ARTICULAR O TRABALHO PEDAGÓGICO

Todo trabalho de articulação pedagógica requer que seja levado em conta o contexto pedagógico amplo, que envolva o sujeito participante e o direcionamento

educacional propriamente dito, considerando suas peculiaridades e necessidades para a permanência no espaço educacional.

Dessa forma, devemos considera a relação do sujeito, conhecimento e o entorno sócio-cultural e político, e também as seguintes dimensões:

- a) DIMENSÃO ANTROPOLÓGICA – reconhecer os sujeitos concretos, com seu modo de vida, trabalho, cultura, condições historicizadas, especificidades as quais os possibilitam produzir e re-produzir a existência humana.
- b) DIMENSÃO POLÍTICA – é a opção em contemplar a dimensão acima e garantir a intencionalidade pedagógica articulando-a na gestão das ações concretas, na perspectiva da transformação das situações opressoras desvendadas.
- c) DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA - movimento permanente de correlação entre teoria e prática, saberes derivados do entorno sócio-cultural e conhecimentos científicos, conteúdo e forma, racionalidade e subjetividade na perspectiva da construção de processos comprometidos de aprendizagem.
- e) DIMENSÃO METODOLÓGICA - para explicitar esta dimensão metodologia de ensino contextualizada está, pois, em sua capacidade permanente de fazer-se e refazer-se a partir de problemas e desafios postos por ações e reações que acontecem concomitantemente a cada momento histórico.

Mesmo com as dimensões apresentadas, deve-se levar em conta a rede temática que procura trabalha com os seguintes conceitos:

- a) trabalho como Produção Humana;
- b) relações cooperativas;
- c) princípios de convivência;
- d) função social da agricultura camponesa/familiar;
- e) participação da criança na vida da família;
- f) qualidade de vida (alimentação);
- g) direito de ser criança;
- h) organicidade na escola.

A partir desses temas, podemos direcionar a proposta pedagógica a ser implantada, visando melhoria no ensino do homem do campo, visto que os conteúdos sistematizados necessitam estar em acordo com a prática da cidadania, já aprendida pelos movimentos dos grupos do MST, cuja luta foi a base para a construção da história do homem do campo.

6. SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Todo trabalho idealizado, deve conter direcionamentos que o permitam acontecer. Direcionamentos que visem à melhoria educacional e acima de tudo propiciar ao estudante se apropriar dos conteúdos sistematizados remetendo-os na vida, e na sua atuação no contexto social.

Tratando da educação do campo, isso não é diferente, pois além das peculiaridades já conhecidas, como espaço físico, calendário diferenciado, etc., têm que levar em conta outras necessidades do estudante, e acima de tudo proporcionar a esta permanência no espaço escolar rural.

Para sanar essas necessidades, propomos como encaminhamentos metodológicos, os seguintes itens:

- 1- Palestra com os pais sobre convivência familiar, participação da criança na família, bem como nas atividades que a família desenvolve, diferenciando do conceito de trabalho infantil (pode ser trabalhado com atividades com o conselho tutelar).
- 2°- Oficina trabalhando com rótulos e embalagens discutindo os aditivos químicos, partindo-se da análise da alimentação cotidiana.
- 3°- Entrevista com organizações, entidades, lideranças presentes na comunidade, percebendo o que difere das relações de cooperação empresariais.
- 4°- Resgatar informações sobre práticas de mutirão – se possível trazer pessoas para dar depoimento na escola.

5°– Regatar expressões locais próprias classificá-las dentro das gerações mostrando a diferença da linguagem formal, porém trabalhando a valorização das duas linguagens.

6°– Mercadinho – rótulos de produtos industrializados, consumismo, custo de vida, valor nutricional e transgênico.

7°– Assistir o Vídeo “A Fome da Soja” trabalhando logo em seguida sobre o assunto.

8° – Trabalhar o Orçamento Familiar do Campo por meio de levantamento de dados, confrontando com a cidade.

9° - Fazer o levantamento e o orçamento de tudo o que é produzido pelas famílias, desenvolvendo a percepção do não precisar comprar, sempre comparando a qualidade dos alimentos.

10° - Resgatar os talentos da comunidade como trovadores, violeiros, artesãos..., convidando-os para a Noite dos Talentos, podendo valorizar as datas festivas como é o caso do dia das mães.

11° - Por ser o início do ano, trabalhar a organização da turma, construindo os princípios de convivência, das representações, dos grupos de trabalhos e das equipes.

12° - Realizar práticas agroecológicas com o apoio da comunidade, replantando o quintal com um herbário. Ao mesmo tempo desenvolver estudo sobre recuperação do solo.

Conforme afirma SALOMÃO, 2005:

Educação do Campo deve se constituir em uma ação “emancipatória”, que tem por objetivo incentivar os sujeitos do campo a pensarem e agirem por si próprios, “assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura”, pois “emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades”, entendendo que “as populações do campo têm o direito de definir seus próprios caminhos, suas intencionalidades, seus horizontes.”

7. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Ao iniciar as pesquisas sobre a educação do campo, percebemos no percurso que, diante das novas políticas públicas de valorização educacional, surgiu a necessidade de atendimento educacional ao homem rural, que outrora migrou para a cidade, e que hoje, está aos poucos sendo incentivado a retornar para seu espaço rural.

No entanto, percebeu-se que, diante da nova situação, era necessário um repensar sobre o processo educativo a ser implantado, que compreendia desde uma nova estruturação no calendário escolar até a adequação do currículo escolar.

Neste contexto, deparou-se com uma nova problemática. Como deveria ser a atuação do profissional da educação diante do novo contexto? Como seriam ministradas as aulas para os estudantes do espaço rural, sendo ele sítios e regiões ribeirinhas? No que os profissionais que optassem por essa nova modalidade deveriam privilegiar, e que metodologia utilizar?

Sendo assim, sentimos a necessidade de pesquisar essa nova área educacional, buscando melhorar a prática educacional através de metodologias alternativas sobre educação do campo.

Visando conhecer as atuais práticas e buscando novas metodologias, foi realizada uma oficina com professores da área de educação física do núcleo regional de Umuarama, no mês de junho de 2010, onde, após a apresentação da parte histórica do surgimento da educação do campo, e da parte política, constantes no amparo legal e artigos que visam proteger e implantar a educação do campo hoje foi proposto aos participantes, adequação das atividades realizadas em espaços escolares urbanos, podendo ser propostas para o estudante rural, no espaço rural, visando melhoria de sua atuação no campo, levando em conta seu trabalho, e não só o conhecimento e prática educacional no momento da aula específica.

Diante do desafio sugerido, percebeu-se o comprometimento dos participantes, que em grupos, demonstraram preocupação na escolha da atividade,

que deveriam privilegiar uma das quatro alternativas, sendo estas: postura corporal; atividade de resgate cultural; atividade de condicionamento físico e movimento.

Percebeu-se que tais atividades, para serem adequadas, deveriam pensar no tempo e no espaço que o homem do campo teria, bem como na forma que poderia executá-la mesmo não estando no espaço escolar, ou seja, deveria ser uma atividade de fácil realização, mas que visasse contribuir para a melhoria da atuação do homem no campo, fosse ela no momento do plantio, colheita ou mesmo lazer.

Desafio proposto e realizado de maneira satisfatória, pois muitos dos integrantes do grupo, que fizeram a oficina, puderam perceber a responsabilidade do profissional que atua no espaço rural, pois sua atuação deve compreender muito mais do que os conteúdos sistematizados que a escola propõe. Deve contribuir para a melhoria de vida de quem está no espaço rural, melhorando sua atuação dentro e fora deste espaço, percebendo a mudança, através do discurso dos integrantes onde demonstraram reflexão sobre o papel educacional no espaço rural.

8. CONSIDERAÇÕES/ CONCLUSÃO

A educação do campo é um fato já existente há muitos anos. Nem sempre foi de maneira satisfatória e competente, mas permitiu que hoje, muitos repensassem sobre sua prática antiga, e lutasse para que ela fosse modificada.

Fato este comprovado pelas novas políticas públicas na educação, que visam atender ao estudante rural, permitindo que este continue no seu espaço de origem, evitando diversos problemas tanto de ordem social, econômica quanto educacional.

No entanto, tantas mudanças, requerem que as posturas educacionais também sejam revistas. Revisão esta, que deve partir do espaço escolar e dos profissionais que nele atuam.

Falar em mudança educacional, não requer somente mudanças no âmbito político ou de currículos. Requer um repensar e uma nova organização tanto nos

termos burocráticos quanto nos termos humanísticos, como por exemplo, nos profissionais que se propõe a fazer parte do processo educacional do campo.

É através dessa mudança significativa, que poderemos auxiliar o homem do campo a permanecer no seu espaço rural, podendo desfrutar de todo conhecimento sistematizado que o espaço urbano pode oferecer.

A experiência vivenciada mostrou que muito ainda se há para aprender. E que muito ainda teremos que rever para poder atender ao estudando rural com qualidade e eficácia.

Fala-se em metodologias diversificadas, inclusões, direcionamentos e ensinamentos novos, mas nenhum deles ainda auxilia o profissional que ira atuar no espaço rural, seja em sítios ou beiras de rios.

Percebemos a necessidade de divulgação e qualificação para estes profissionais, que precisam se adequar a nova realidade, despindo-se de preconceitos e contribuindo para que haja realmente aprendizagem.

Mesmo com oficinas ofertadas pelos núcleos, muito ainda se há para fazer. Por exemplo, na implementação da educação do campo, no grupo de professores de educação física (fotos anexas), percebeu-se a dificuldade de encontrar atividades que pudessem ser aplicadas ao homem do campo, mesmo sendo, a grande maioria dos professores, fruto do espaço rural.

No entanto, tudo foi valido, pois perceberam e percebi que muito se pode fazer, mas que para isso, muito deve ser estudado, buscando alternativas que possam melhorar a realidade da educação rural e a atuação do homem do campo.

“Como professor não me é possível
ajudar o educando a superar sua
ignorância se não supero
permanentemente a minha”.

Paulo Freire

9. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: ed. UFRGS. 2003.
- ARROYO, M. G. **Que Educação Básica para os povos do campo?** In: 12 a 16 de setembro de 2005, Goiás – Luziânia. Seminário Nacional “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST”.
- BONNAL, P.; MALUF, S. R. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: Acesso: 05/06/09.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, abr./2002.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação (LDB) – Lei 9.393/96**. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Territórios da Cidadania. 2009. Disponível em: Acesso em: 15/05/2010. BUARQUE, C. S. Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.
- CALDART, R. **A Escola do Campo em Movimento. Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003a. Disponível em: Acesso em: 15/05/2010.
- CALDART, R. **Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2003b. Disponível em: Acesso em: 15/05/2010.

-CALDART, R. S. **Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Cadernos Temáticos da Educação do Campo. Curitiba-PR. SEED, 2005.

-CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo. Texto apresentado no III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, realizado em Luziânia, GO, de 2 a 5 de outubro de 2007.

-CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Expressão Popular**. 3. ed. São Paulo-sp. Expressão Popular, 2004.

-CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo**.

-CAMPO-TERRITÓRIO: **revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: Acesso em: 15/05/2010.

-CARNEIRO, F. M.; BAPTISTA, N. Q. **Educação Rural: sustentabilidade do campo**. 2. ed. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2005.

-CORNELLY, S. A. **Subsídios sobre o planejamento participativo**. In: Participação Comunitária. São Paulo, ENPLASA, 1977. Série: Documentos 2.

-CUNHA, M. I. **O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NA TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS**. Araraquara: JM Editora, 1998.

-CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo-SP. Cortez, 2000.

-DALBEM, A. L. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. 3. ed. São Paulo-SP. Papyrus, 1995.

-DUARTE, V. P. **Escolas Públicas no Campo: problemática e perspectivas: um estudo a partir do projeto vida na roça**. Francisco Beltrão-PR, 2003.

- LDBEN- Lei 9493/96.